

Demonstrações Contábeis

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis

| | |
|---|---|
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 7 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 9 |



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A.
Touros – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

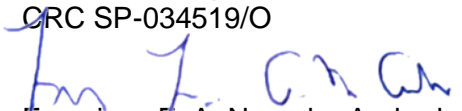


**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-----------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.633 | 2.514 |
| Impostos a recuperar | | 366 | - |
| Outros ativos | 5 | 1.934 | 1.957 |
| Total ativo circulante | | 8.933 | 4.471 |
| Não circulante | | | |
| Ativo de direito de uso | 6 | 1.367 | 1.400 |
| Imobilizado | 7 | 132.941 | 4.775 |
| Intangível | | - | 85 |
| Total ativo não circulante | | 134.308 | 6.260 |
| Total dos ativos | | 143.241 | 10.731 |

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 8 | 2.769 | 1.307 |
| Arrendamentos | | 82 | 72 |
| Impostos a recolher | | 280 | 2 |
| Dividendos | 10 | 116 | - |
| Total passivo circulante | | 3.247 | 1.381 |
| Não circulante | | | |
| Arrendamentos | | 1.430 | 1.433 |
| Partes relacionadas | 9 | - | 514 |
| Total passivo não circulante | | 1.430 | 1.947 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital social | 10 | 138.190 | 7.432 |
| Reservas de lucros | | 374 | - |
| Prejuízos acumulados | | - | (29) |
| Total patrimônio líquido | | 138.564 | 7.403 |
| Total dos passivos e patrimônio líquido | | 143.241 | 10.731 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Despesas administrativas | 11 | (16) | (22) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | | (16) | (22) |
| Receitas financeiras | 12 | 861 | - |
| Despesas financeiras | 12 | (95) | (3) |
| Resultado financeiro líquido | | 766 | (3) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 750 | (25) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 13 | (231) | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | 519 | (25) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------|-------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 519 | (25) |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>519</u> | <u>(25)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Capital social | (-) Capital a integralizar | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|----------------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 500 | - | - | (4) | 496 |
| Aumento de Capital | 5.061 | - | - | - | 5.061 |
| Adiantamento - Futuro aumento de capital | 1.871 | - | - | - | 1.871 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | (25) | (25) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 7.432 | - | - | (29) | 7.403 |
| Aumento de capital | 133.072 | (2.314) | - | - | 130.758 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 519 | 519 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 25 | (25) | - |
| Destinação de dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (116) | (116) |
| Destinação para reserva de lucros | - | - | 349 | (349) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 140.504 | (2.314) | 374 | - | 138.564 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2025 | 2024 |
|---|------------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro | 750 | (25) |
| Arrendamentos - atualização financeira | - | 123 |
| | 750 | 98 |
| (Aumento) diminuição de ativos operacionais | | |
| Impostos a recuperar | (366) | - |
| Despesas antecipadas | 23 | (76) |
| | (343) | (76) |
| Aumento (diminuição) de passivos operacionais | | |
| Fornecedores | 1.462 | 1.296 |
| Impostos a recolher | (153) | 2 |
| Partes relacionadas | (514) | 514 |
| | 795 | 1.812 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 1.202 | 1.834 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 200 | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 1.402 | 1.834 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Adições ao Imobilizado | (127.843) | (4.369) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (127.843) | (4.369) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | 130.758 | 5.061 |
| Pagamentos de arrendamentos | (198) | (188) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 130.560 | 4.873 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 4.119 | 2.338 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 6.633 | 2.514 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 2.514 | 176 |
| | 4.119 | 2.338 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, constituída em 09 de dezembro de 2021, com sede em Fazenda Lagoa do Mato, S/N, KM 20 BR 101, Zona Rural, na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59584-000. A Companhia é controlada pela SPIC Brasil Participações Eólicas S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia com atividade preponderante de participação em implantação, operação, manutenção e exploração comercial de centrais geradoras eólicas integrantes, seja por meio da comercialização de energia elétrica e eventuais créditos decorrentes de certificados de redução de emissão de carbono, seja mediante o arrendamento de instalações, títulos e direitos, bem como a prática de todas as atividades necessárias e acessórias às finalidades retro referidas.

1.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter a continuidade operacional e concluiu que existem recursos suficientes para suportar suas operações no futuro previsível. Não foram identificadas incertezas relevantes que possam gerar dúvidas significativas quanto à capacidade da Companhia de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo imobilizado (nota explicativa 7)

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

| Norma | Alteração | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|---|---|-----------------------|----------------------|
| CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture | IFRS 10 IAS 28 | Não definida |
| CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros | IFRS 9 IFRS 7 | 01.01.2026 |
| CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> | IFRS 18 | 01.01.2026 |

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

| Norma | Alteração | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|--|---|-----------------------|----------------------|
| IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis | Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação | IAS 1 | 01.01.2027 |
| IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações | Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos | IFRS 19 | 01.01.2027 |

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia.

A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Caixas e bancos | 17 | 2.514 |
| Aplicações financeiras de curto prazo (i) | 6.616 | - |
| | <u>6.633</u> | <u>2.514</u> |

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa 96,50% em 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Outros Ativos

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Circulante</u> |
| Outros ativos | | |
| Despesas antecipadas | 50 | 85 |
| Despesas antecipadas com captação de dívida | 12 | - |
| Adiantamentos a fornecedores (i) | 1.872 | 1.872 |
| Total | <u>1.934</u> | <u>1.957</u> |

(i) O adiantamento a fornecedor refere-se a pagamento ao fornecedor Gold Wind para assegurar o contrato de construção dos aerogeradores do parque eólico.

6. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das controladas.

(a) Composição do ativo de direito de uso:

| | Taxas anuais médias de depreciação % | 31/12/2025 | | | Taxas anuais médias de depreciação % | 31/12/2024 | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Direito de uso | | | | | | | | |
| Geração | | | | | | | | |
| Arrendamento de terras | 15,70% | 1.732 | (365) | 1.367 | 6,68% | 1.493 | (93) | 1.400 |
| | | 1.732 | (365) | 1.367 | | 1.493 | (93) | 1.400 |
| Total direito de uso | | 1.732 | (365) | 1.367 | | 1.493 | (93) | 1.400 |

(b) Movimentação do ativo de direito de uso:

| | Valor líquido em 31/12/2024 | Correção contratual | Depreciações | Valor líquido em 31/12/2025 |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Ativos de direito de uso | | | | |
| Arrendamento de terras | 1.400 | 83 | (116) | 1.367 |
| Total Ativos de direito de uso | 1.400 | 83 | (116) | 1.367 |
| | | | | |
| | Valor líquido em 31/12/2023 | Correção contratual | Depreciações | Valor líquido em 31/12/2024 |
| Ativos de direito de uso | | | | |
| Arrendamento de terras | 1.361 | 149 | (110) | 1.400 |
| Total Ativos de direito de uso | 1.361 | 149 | (110) | 1.400 |

7. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|-------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | Custo histórico | Valor líquido | Custo histórico | Valor líquido |
| Imobilizado em curso | | | | |
| Geração | 132.941 | 132.941 | 4.775 | 4.775 |
| Total do imobilizado em curso | 132.941 | 132.941 | 4.775 | 4.775 |
| Total do Imobilizado | 132.941 | 132.941 | 4.775 | 4.775 |

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado

| | Valor líquido em 31/12/2024 | Adição | Valor líquido em 31/12/2025 |
|---|-----------------------------------|---------|--------------------------------|
| Imobilizado em curso | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | 3.490 | 3.490 |
| Máquinas e equipamentos | 4.775 | 124.676 | 129.451 |
| Total do imobilizado em curso | 4.775 | 128.166 | 132.941 |
| Total do imobilizado | 4.775 | 128.166 | 132.941 |

| | Valor líquido em 31/12/2023 | Adição | Reclassificação | Valor líquido em 31/12/2024 |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------|-----------------|--------------------------------|
| Imobilizado em curso | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 381 | 4.479 | (85) | 4.775 |
| Total do imobilizado em curso | 381 | 4.479 | (85) | 4.775 |
| Total do imobilizado | 381 | 4.479 | (85) | 4.775 |

8. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

| | Circulante | |
|----------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Materiais e Serviços | 2.769 | 1.307 |
| | 2.769 | 1.307 |

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

9. Transações com partes relacionadas

| | Natureza | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------------------------|------------|------------|
| Passivo circulante | | | |
| Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. | Dividendos | 116 | - |
| | | 116 | - |
| Passivo não circulante | | | |
| SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. | Custos compartilhados - Capex | - | 514 |
| | | - | 514 |
| Total passivo | | 116 | 514 |

Não há incidência de encargos financeiros sobre as transações realizadas entre partes relacionadas. Nenhuma das transações entre partes relacionadas encontra-se vencida ou apresenta indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações foram realizadas em condições previamente negociadas e formalizadas contratualmente entre as partes, não tendo sido identificadas transações atípicas ou realizadas fora do curso normal dos negócios.

A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$138.190 (R\$7.432 em 2024) representados por 138.189.579 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, sem valor nominal ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada ação.

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|----------------------------|---------------------------------|----------------|---------------------------------|--------------|
| | Quantidade em milhares de ações | R\$ mil | Quantidade em milhares de ações | R\$ mil |
| Capital subscrito | 140.504 | 140.504 | 7.432 | 7.432 |
| (-) Capital a integralizar | (2.314) | (2.314) | - | - |
| | 138.190 | 138.190 | 7.432 | 7.432 |

Os aportes de capital foram realizados nas datas determinadas abaixo:

| Data | Valor em R\$ mil | Quantidade em milhares de ações |
|--------------------|------------------|---------------------------------|
| 31/12/ 2024 | 7.432 | 7.432 |
| janeiro | 23.725 | 23.725 |
| março | 12.508 | 12.508 |
| maio | 11.134 | 11.134 |
| julho | 15.000 | 15.000 |
| setembro | 70.705 | 70.705 |
| 31/12/2025 | 140.504 | 140.504 |

A Composição societária é apresentada a seguir:

| | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|---------------------------------|---------------------------------|----------------|---------------------|---------------------------------|--------------|---------------------|
| | Quantidade em milhares de ações | R\$ mil | % do capital social | Quantidade em milhares de ações | R\$ mil | % do capital social |
| SPIC Participações Eólicas S.A. | 138.190 | 138.190 | 100% | 7.432 | 7.432 | 100% |
| | 138.190 | 138.190 | 100% | 7.432 | 7.432 | 100% |

b. Reservas

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------------|-------------|
| Lucro a ser destinado: | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido apurado no exercício | 519 | (25) |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | (29) | (4) |
| Lucro (Prejuízo) líquido ajustado | 490 | (29) |
| Constituição da reserva legal - 5% | (25) | - |
| | 465 | (29) |
| Destinação do lucro: | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 116 | - |
| Reserva de lucros | 349 | - |
| Lucros ou prejuízos acumulados | - | 29 |
| | 465 | 29 |

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

| | <u>31/12/2025</u> |
|-------------------------------|-------------------|
| Reservas de lucro | |
| Reserva legal | 25 |
| Reserva de retenção de Lucros | 349 |
| | <u>374</u> |

O saldo de dividendos em aberto está composto abaixo:

| Acionistas | <u>% Participação</u> | <u>31/12/2025</u> |
|--|-----------------------|-------------------|
| SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. | 100% | 116 |
| | | <u>116</u> |

11. Custos e despesas (por natureza)

| | <u>2025</u> | | <u>2024</u> | |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | <u>Despesas</u> | <u>Total</u> | <u>Despesas</u> | <u>Total</u> |
| Serviços de auditoria | (16) | (16) | (16) | (16) |
| Outras | - | - | (6) | (6) |
| Total | <u>(16)</u> | <u>(16)</u> | <u>(22)</u> | <u>(22)</u> |

12. Resultado financeiro

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|--------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Juros | | |
| Renda de aplicações financeiras | 932 | - |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras | (71) | - |
| Receitas financeiras total | <u>861</u> | <u>-</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Outras despesas financeiras | (95) | (3) |
| Despesas financeiras total | <u>(95)</u> | <u>(3)</u> |
| Total resultado financeiro | <u>766</u> | <u>(3)</u> |

13. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

| | <u>2025</u> |
|---|---------------------|
| Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%) | <u>(231)</u> |
| IRPJ - Corrente | (164) |
| CSLL - Corrente | (67) |
| Total IRPJ/CSLL - Corrente | <u>(231)</u> |

Composição da alíquota efetiva:

| | <u>2025</u> |
|--|-----------------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 750 |
| Alíquotas nominais vigentes | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (255) |
| <i>Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes permanentes:</i> | |
| Outros | 24 |
| Imposto de renda e contribuição social efetivos | <u>(231)</u> |
| | |
| Imposto de renda e contribuição social | |
| Corrente | <u>(231)</u> |
| | <u>-30,80%</u> |

14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

CENTRAL EÓLICA PARAÍSO FAROL III SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

| | 31/12/2025 | | | | 31/12/2024 | |
|-----------------------------|----------------|--------------------|---------------|-----------------|--------------|--------------|
| | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total | Total |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Fornecedores | 2.769 | - | - | - | 2.769 | 1.307 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | - | 514 |
| Arrendamentos e Aluguéis | 20 | 62 | 525 | 905 | 1.512 | 1.505 |
| Total | 2.789 | 62 | 525 | 905 | 4.281 | 3.326 |

Classificação dos instrumentos financeiros

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | | Categoria |
|-------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|-----------------------------------|
| | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.633 | 6.633 | 2.514 | 2.514 | Valor justo por meio do resultado |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Arrendamentos | 1.512 | 1.512 | 1.505 | 1.505 | Custo amortizado |
| Partes relacionadas | - | - | 514 | 514 | Custo amortizado |
| Fornecedores | 2.769 | 2.769 | 1.307 | 1.307 | Custo amortizado |

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, conforme tabela acima.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil – Reforma Tributária

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo — como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos.

Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia.

A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por sua própria natureza, já representam uma contribuição significativa para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), principais responsáveis pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao gerar energia a partir de fonte renovável — sem a queima de combustíveis fósseis — o Grupo não apenas fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como também contribui para a redução da dependência do Brasil em relação ao petróleo e a outras fontes energéticas não renováveis.

No que se refere às consequências das mudanças climáticas e aos possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais identificados são: incêndios, explosões, interrupções operacionais e danos decorrentes de eventos naturais. Entretanto, até o momento, não foram identificados riscos climáticos relevantes que afetem diretamente as operações, exceto pela variabilidade do recurso eólico, que pode impactar os níveis de geração de energia.

A Companhia realiza o monitoramento contínuo das condições climáticas e atualiza periodicamente seus estudos de recurso eólico, com o objetivo de avaliar eventuais impactos sobre a produção futura de energia e apoiar a tomada de decisão estratégica.

15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos inerentes às suas operações e as orientações de seus consultores especializados em seguros (informação não auditada).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro para Responsabilidade Civil Obras, com limite máximo de indenização de R\$ 50.000, e para Riscos de Engenharia Civil, com limite máximo de indenização de R\$ 350.000, sendo ambos os limites compartilhados com suas controladas. As apólices possuem período de vigência compreendido entre 27 de janeiro de 2025 e 30 de março de 2026.

As coberturas contratadas abrangem a controladora e suas controladas: Central Eólica Pedra Amolar II SPE S.A., Central Eólica Paraíso Farol II SPE S.A. e Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A.

16. Transações que não afetaram o caixa

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Atividades de Investimento | | |
| Ativo de direito de uso – correção contratual | 83 | - |

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Guy Ishikawa
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-RN